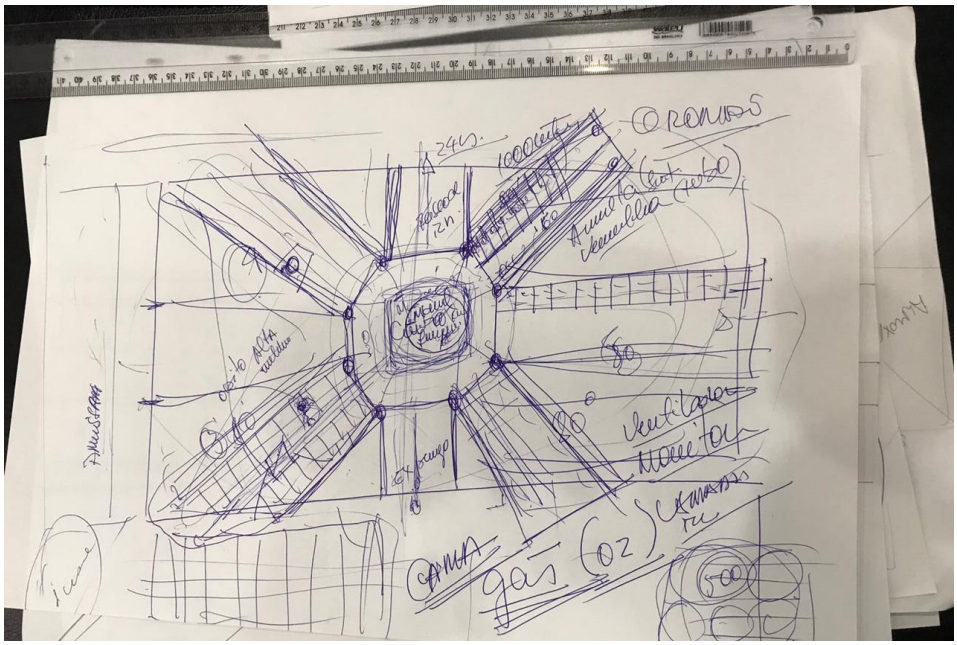
Covid-19: Governo aprova modelo de hospital de campanha da CBIC



Em atendimento à demanda do Ministério da Saúde de estabelecer um programa assistencial, por meio de um hospital de campanha adequado ao tratamento do novo coronavírus (Covid-19), onde o modelo matriz fosse estabelecido e desenvolvido como diretriz geral para orientação aos estados, a **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) apresentou no último mês de abril ao governo federal projeto arquitetônico** – aprovado pelo então ministro Luiz Henrique Mandetta, e encaminhado ao Ministério da Infraestrutura –, **para ampliar a capacidade de atendimento com uma estrutura de caráter provisório até o fim do surto epidêmico.**

"Não é qualquer modelo de hospital de campanha que pode ser implementado. Por isso, o Ministério da Saúde estabeleceu com o setor os protocolos médicos ideais que devem ser seguidos, que é uma série de procedimentos, desde a chegada do paciente até a sua saída, seja por morte ou por alta, e que são específicos para cada tipo de doença", afirma o engenheiro civil Pedro Henrique de La Rocque Ferreira, coordenador técnico dos trabalhos.

Seguindo orientações do Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde (SomaSUS) e as premissas das legislações sanitárias vigentes, o projeto foi **elaborado de forma colaborativa pela CBIC, por meio do engenheiro civil Pedro Ferreira e do arquiteto Carlos Marchesi (autor do projeto).**

De acordo com o coordenador dos trabalhos, os protocolos estabelecidos estão intimamente ligados ao espaço físico demandado, áreas, setores, tipos de equipamentos, de instalações, de arquitetura e de engenharia geral que tem que ser feita.

"Muitas vezes os estados não têm capacidade de fazer isso, fazem de forma errada ou seguem um protocolo que não é o estabelecido e orientado pelo Ministério da Saúde, por isso a iniciativa

do governo junto ao setor da construção para elaborar um projeto e atender a essa questão", diz.

Além disso, segundo Pedro Ferreira, o trabalho foi importante para consolidar a necessidade de uma revisão da norma técnica e de um adendo que estabeleça essa questão de hospitais emergenciais.

"As normas e diretrizes atuais não contemplam hospitais de campanha", menciona, ressaltando que "os protocolos médicos estão intimamente ligados à concepção arquitetônica e de engenharia do projeto desenvolvido, porque elementos como barreiras adequadas à biossegurança, que são fundamentais para o combate específico a essa pandemia, são muito particulares para criação desse modelo", justifica.

O projeto contempla opções para execução em módulos sucessivos com 44 leitos cada, totalizando 176 leitos, e em módulo único, centralizada, com 192 leitos, e atende as condicionantes impostas pelo Ministério da Saúde no que se refere a:

- Construção e montagem em 30 dias;
- Ser transportável;
- Obedecer as dimensões de um campo de futebol (padrão Fifa) pois todos são planos e os estádios já possuem acesso para veículos, entrada de energia, estrutura complementares de banheiros e vestiários em suas dependências, estacionamento em área externa para apoio;
- Estrutura de instalações individuais por leito, com condições para atender paciente entubado em caso de emergência e necessidade, estrutura de apoios centralizadas de forma que a equipe se movimente não o paciente, e
- Utilização das áreas comuns dos estádios para apoio administrativo, farmácia e almoxarifado central de abastecimento, alojamentos da equipe médica entre outros.

Além disso, contempla sistema de climatização para conforto com renovação de ar, distância de 2 metros entre leitos, sistema canalizado de oxigênio e ar comprimido medicinal, fornecimento de energia de emergência através de gerador, iluminação, pontos de energia nos leitos, estrutura de postos de enfermagem e apoios.

O engenheiro ressalta que o ideal, numa doença com uma disseminação epidemiológica tão alta, é que os setores, ao menos o de UTI, fossem abrigados com pressão negativa – que são elementos de ar condicionado e de exaustão exercendo pressão dentro do ambiente contaminado – para evitar a dispersão do vírus para outros ambientes e dar segurança ao corpo médico e de enfermagem.

"Esses elementos, logicamente em razão da situação emergencial, não foram contemplados porque seria inviável comprar equipamentos. Então é valido salientar que devemos ter um foco no futuro e, com o aprendizado de que nova pandemia pode ocorrer, adquirir materiais para deixar em *stand-by* e, assim, termos as condições adequadas".

A iniciativa integra o **Mapeamento de Boas Práticas em Responsabilidade Social** no setor da construção durante a pandemia do coronavírus e é parte integrante do **'Projeto Responsabilidade Social e a Valorização do Trabalhador'**, realizado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em correalização com Serviço Social a Indústria (Sesi Nacional).

(Foto: Pedro Ferreira)

Matéria publicada no **CBIC Hoje+** do dia 11/05/2020.